

(Dino)  
Ricardino Jacinto Dumas Teixeira



**Golpe de Estado na Guiné-Bissau,  
1998-2003**

## **Sumário**

### **Introdução**

### **Primeiro Capítulo**

#### **1. Guiné Bissau em Retrospectiva**

1.1 Controle Civil sobre os militares

1.2 África: Visões teóricas sobre transição política para a democracia

1.3 Instabilidade política e democratização em África

#### **2. Uma visão histórica do golpe de estado**

2.1 O que é golpe de Estado

2.2 Estratégia militar

2.3 Pré-condições para o golpe de Estado

### **Segundo Capítulo**

#### **1. Véspera do golpe de Estado**

- 1.1 Execução do golpe de Estado
- 1.2 Primeiro comunicado
- 1.3 Aeroporto, porto e fronteiras.
- 1.4 Personalidade do governo anterior

## **Terceiro Capítulo**

### **1. Sociedade civil**

- 1.1 Pós – golpe
- 1.2 Como manter as armas obedientes?
- 1.3 Guia para manter as armas obedientes

## **Reflexões finais**

## **Referências Bibliográficas**

## DEDICATÓRIA

A memória dos meus pais

## **Agradecimentos**

Agradeço às minhas irmãs Dona e Lelete que apesar da distância que nos separa, nunca deixaram de assumir suas posições, substituindo com honra e dedicação o lugar da nossa falecida mãe. À Geneviene António Melaço, pessoa com quem tive boas lembranças e que me ajudou a compreender que na vida é preciso saber aprender, respeitar as diferenças e,

acima de tudo, não subestimar a capacidade dos outros. Aos meus sobrinhos Aziz, Sánida, Popy e Mila, as minhas tias Fátima e Pacova que souberam agüentar as duras angústias e sofrimentos provocados pelas sucessivas guerras na Guiné-Bissau. Não poderia deixar de mencionar a minha colega Maria das Graças, que durante quatro anos, teve a compaixão de apoiar a minha estada no Brasil e, conseqüentemente, a conclusão do meu curso; ao meu colega Rui Jorge que soube me consolar nos momentos mais difíceis da minha vida; ao Diretor do Serviço Social do Comércio Kildo Albuquerque, SESC; ao Reitor da Universidade Federal de Roraima, Roberto Ramos Santos, do qual tive a honra de ser orientando de monitoria, da disciplina introdução à ciência política e na elaboração de projetos de pesquisa.

Destaco, especialmente, o apoio do senador Mozarildo Cavalcante, sem o qual não seria possível a elaboração deste trabalho; aos meus colegas da universidade Gilson, Vanjura, Paulo, Kêsia, Marlene, Henrique, Janilde e Itamar; aos meus professores Cacau, Cirino, Ervin, Ana Lúcia, Cleber, Geisa, Ricardo, Madalena, Lucas e Elaine; aos meus amigos de Bissau Magno, Kanil, Puntcha e Rute. Estendo meu agradecimento para todos aqueles que não foram citados, mas que direta ou indiretamente contribuíram na elaboração desse trabalho e na consolidação da minha formação acadêmica no Brasil.

## **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de golpes de Estado na Guiné-Bissau entre 1998 e 2003. Pretendemos responder as seguintes questões: Como se deu o processo de golpes de Estado na Guiné-Bissau? Quais foram os atores, cenários e as relações de forças que estiveram na base de sucessivos golpes? As análises focalizará o caso da Guiné-Bissau por ser o último das ex-colônias portuguesas, com exceção de Timor-Leste, a adotar o sistema de governo democrático com realização de eleições multipartidárias em 1994 e com várias experiências de golpes de Estado. Pretendo, em parte, contribuir com a literatura nacional, abrindo

novas perspectivas de estudo na área. Não poderemos nos livrar desse problema se não estivermos atentos às reais causas que o motivam e, principalmente, para a forma como os militares o executam. O trabalho analisará também os discursos usados pelas chefias militares para justificar o golpe e a derrubada de governos civis eleitos. Mostraremos que os mesmos são falsos, visam exclusivamente a beneficiar um grupo de pessoas (as chefias militares), enquanto a maioria da população continua em situações de extrema pobreza, miséria e fome generalizada.

De início, é importante ressaltar que o livro não privilegia um estudo complexo e nem se trata de uma teoria de golpe, mas de uma análise que propõe contribuir com o entendimento a respeito das técnicas militares e do discurso freqüentemente usado na execução do golpe de Estado; assim como das técnicas com as quais os governos civis eleitos democraticamente podem evitá-lo.

O propósito de estudar o golpe de Estado deve-se fundamentalmente aos problemas contextuais do nosso continente, particularmente na Guiné-Bissau, e aos disfarces dos seus atores (militares) para justificar a miséria, a corrupção, a injustiça e demais males que os governos civis enfrentam, mas não resolvem, e, com toda probabilidade, os sucessivos governos militares, disfarçados como civis, também não o fazem, pelo contrário, agrava-se no país uma situação jamais vista na história política, social e econômica da nação guineense.

O trabalho está dividido em três capítulos, mais as reflexões finais. O primeiro capítulo trata de uma breve retrospectiva histórica e contextual da Guiné-Bissau e das principais visões teóricas sobre o processo de transição e de democratização na África. Nesse último, pretendemos analisar a literatura sobre as condições que determinam o sucesso ou insucesso da transição política e da democratização do regime. Ainda nesse capítulo, pretendemos traçar a evolução histórica do conceito do golpe de Estado. O segundo capítulo aborda os atores do golpe (quem faz) e as técnicas (como faz). Aqui pretendemos mostrar os principais atores do golpe e as técnicas usadas na sua execução. O terceiro capítulo analisará a situação pós-golpe e tenta sugerir mecanismos legais pelos quais o governo civil eleito democraticamente pode inibi-lo, e, ao mesmo tempo, buscar apoio das chefias militares para o seu novo governo. Não pretendemos sugerir uma receita pronta e acabada contra o golpe de Estado, mas sim analisar os métodos legais para impor o controle civil sobre os militares e inibir golpes de Estado. Por último, faremos as considerações finais sobre as questões anteriormente levantadas.

Espero, que este trabalho possa levantar novas discussões que visam a aprofundar e enriquecer a literatura nacional, contribuindo com a produção científica na Guiné-Bissau.

## **Primeiro Capítulo**

### **1 - Guiné Bissau em Retrospectiva**

A Guiné-Bissau situa-se na Costa Ocidental da África, possui uma superfície de 36.125 quilômetros quadrados, limitada ao Norte pelo Senegal, a Este e Sudeste pela Guiné-Conakre (ex-colônia francesa).

O país tem uma longa história com Cabo-Verde, outra ex-colônia portuguesa. O domínio português começou no século XVI, quando colonos

estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu. A região passou a ser um importante centro de comércio de escravos. Em 1687, os portugueses criaram um posto comercial em Bissau, cujos interesses foram disputados entre franceses e britânicos; estes últimos tiveram, por um curto período de tempo, um assentamento em Bolama. Em 1879, a região passou a ser uma colônia portuguesa, com disputas fronteiriças com o Senegal, então dominado pela França, que só terminariam após a conferência de Berlim em 1886. Somente a partir de 1915<sup>1</sup>, os portugueses passam efetivamente a exercer o poder sobre a Guiné-Bissau. Em 1952, a Guiné-Bissau deixa de ser uma colônia e converte-se em “província de ultramar”, através da revisão constitucional colonial de 1951, cujo objetivo é promover a “unidade nacional” nas colônias e “diminuir a onda” de revoltas nacionalistas (SILVA 1997, p.27).

Em 1956, surge um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), fundado no exílio pelo guineense de origem cabo-verdiana, Amílcar Cabral. O partido contava com o apoio, desde 1960, da República da Guiné (ex-colônia francesa) e dos demais antigos países comunistas, dentre eles a Rússia, Cuba e Checoslováquia.

Três séculos após a exploração mercantil ao longo do litoral da antiga Guiné-Portuguesa (atual Guiné-Bissau), os combatentes do PAIGC ofereceram fortes resistências ao colonialismo português, com várias derrotas e baixas (Pereira, 2002, p.25). Em Setembro de 1973, o partido reclama uma República e busca o reconhecimento internacional. Em 10 de Setembro de 1974, após a queda do regime de Salazar, Portugal reconheceu oficialmente a independência da Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colônias portuguesas a alcançar o status político de país livre. Cabo-Verde e Guiné-Bissau constituíram-se Estados separados, mas sob orientação do PAIGC, de orientação ideológica marxista. Após a morte de Amílcar Cabral em 20 de Janeiro de 1973, Luís Cabral (irmão de Amílcar Cabral) assume a presidência da República da Guiné-Bissau. Em 1980, Luís Cabral é deposto através de um golpe de Estado liderado por Nino Vieira, comandante da guerra de libertação. O golpe sela a separação entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, acabando com o sonho de Cabral da unificação dos dois países.

Apesar da abertura política no país em 1991, com o surgimento de novos partidos políticos, o governo do PAIGC, por uma questão estratégica, adia as eleições gerais até 1994. O PAIGC obtém a maioria dos assentos na

---

<sup>1</sup> Para Pereira (2002, p.29), o controle efetivo de Portugal sobre a Guiné Bissau começou de fato em 1936, altura em que se completou a “pacificação” e se diminuíram os focos da revolta.

Assembleia Nacional (62%) e Nino é eleito presidente com (64%) dos votos. Depois de 18 anos no poder, dez em monopartidarismo e oito com abertura política e conseqüentemente, realização das primeiras eleições gerais, o governo de PAIGC, dirigido pelo então presidente Nino Vieira, não deixou boas lembranças aos guineenses. Do período da abertura política, em 1990, até a realização das primeiras eleições gerais em 1994, o governo do PAIGC, tanto a nível interno quanto externo foi fortemente contestado pela corrupção e uso arbitrário do poder político com sucessivas crises econômicas.

Em 07 de Junho de 1998, o presidente Nino enfrenta, com ajuda dos militares do Senegal e da Guiné-Conacri, um levantamento militar liderado pelo Brigadeiro Assumane Mané, que foi acusado pelo presidente Nino de tráfico de armas para a guerrilha de Casamança<sup>2</sup> e destituído do cargo de Chefia da Forças Armadas, no mesmo ano. O Brigadeiro Mané negou que queria tomar o poder e prometeu a eleições gerais imediatas. Para a solução desse conflito, a busca da paz e da segurança na Guiné-Bissau, foi necessária a negociação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). A junta militar, liderada por Mané, que foi vitorioso no conflito, negociou sob mediação brasileira, portuguesa e de demais países africanos da sub-região, um plano de acordo que permitiu a restauração democrática com a realização das segundas eleições legislativas e presidenciais, realizadas em Novembro de 1999. Neste pleito, foi eleito presidente da República, Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), também marcado pela corrupção, uso arbitrário do poder e promoção de intrigas entre os grupos étnicos como forma de se manter no poder. Nessa segunda eleição, o PAIGC, então governo, ficou em terceiro lugar, sendo que o segundo lugar ficou com o Partido da Resistência da Guiné-Bissau (RGB). Em 14 de Setembro de 2003, o presidente Yalá foi deposto pelo Chefe de Estado Maior, Veríssimo Seabra. Henrique Rosa assume o governo de transição no mesmo ano.

Em 06 Outubro de 2004, Veríssimo Seabra foi assassinado por um grupo de militares que participaram do programa de paz da ONU, na Libéria, acusado de corrupção e promoção arbitrária no interior das Forças Armadas. Em seu lugar, foi escolhido para chefia das forças armadas o Brigadeiro Tagme Na Waie. Em 07 de Março de 2003, a Guiné-Bissau teve a sua terceira experiência democrática com a realização da eleição legislativa, ficando a presidencial para uma data a ser definida. Nesse pleito, foi eleito o candidato do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, para as funções de

---

<sup>2</sup> Região fronteira entre a Guiné Bissau e o Senegal.

Primeiro-ministro, tendo como Presidente da república Henrique Rosa, apoiado pela igreja católica que dirigiu a Comissão da Sociedade Civil para a Paz e nomeado pelas chefias militares após a derrubada do presidente Yalá em 2003.

## 1.1 Controle Civil sobre os Militares

A transição política de regime autoritário<sup>3</sup> para democrático<sup>4</sup> tem merecido análises de muitos teóricos, na medida em que hoje a democracia se tem consolidado como sistema político global.

Przeworski (1989, p.21) defende que a transição política para a democracia está completa quando se estabelece controle civil sobre os militares. O argumento de Przeworski nos leva a conseqüente indagação: por que um governo civil eleito pelo voto popular não consegue impor o controle sobre os militares? Uma resposta seria que se o governo civil tentar impor controle sobre os militares isso provocaria o golpe de Estado. Mas essa resposta não nos leva a nada e muito menos explica alguma coisa. A possibilidade de um golpe imediato, caso o governo civil tente impor o controle aos militares é de aproximadamente 20%; quando não se mexe com eles, a probabilidade de um golpe aumenta para aproximadamente 60%. Se os militares continuam a exercer autonomia sobre o sistema político, ocupando cargos chefes nos ministérios e interferindo nos assuntos políticos, as chances de um possível golpe bem sucedido são de aproximadamente 85%. Esses percentuais não são exatos e universais, variam conforme o momento político vigente em cada país.

Na Guiné-Bissau, a autonomia dos militares com relação ao poder civil eleito é muito presente em todas as instâncias do governo, pois o poder militar neutraliza qualquer possibilidade de estabelecer o controle civil sobre eles. De 1994, até realização da terceira eleições multipartidárias em 2003, o país teve quatro levantamentos militares dos quais dois são golpes de Estados (1998-2003), em nove anos de experiência democrática. Os militares continuam a exercer influência sobre o poder civil. Em alguns casos, ou quase sempre, a escolha do governo civil se deu e ainda se dá

---

<sup>3</sup> Sistema de governo em que autoridade pública é concentrada de forma abusiva na mão de quem a exerce.

<sup>4</sup> Refere-se à democracia moderna, no sentido de Estado nacional e do voto igualitário como expressão da vontade geral, ou seja, “ governo de povo, pelo povo, para povo” .

mediante consentimento das chefias militares. Isso aconteceu com o Vice-presidente do PAIGC, Aristides Gomes, que foi rejeitado pelos militares ao cargo de ministro das relações exteriores da Guiné-Bissau, após eleições gerais que reconduziram o PAIGC ao poder, em 2003. O anterior ministro dos negócios estrangeiros, Hugo Monteiro, foi incumbido ao cargo pelo consentimento do Chefe de Estado Maior Veríssimo Seabra. Após o levantamento militar de 07 de Junho em 1998. Francisco Fadul (atual presidente do PUSD<sup>5</sup>) assumiu o governo de transição em 1999 por consentimento do general Assumane Mané. Henrique Rosa que dirigiu o país, em 2003, o qual contou fortemente com o apoio da sociedade civil dirigida pela Igreja Católica, também chegou ao cargo por consentimento das chefias militares.

A influência dos militares na política guineense não para por aí. Seus leques de ações são percebidos em todas as instâncias dos órgãos públicos do Estado; a ineficácia do poder civil na condução do destino do país e no estabelecimento de mecanismos de controle que visem a inibir o golpe é praticamente absoluta e tem sido o motivo da fraqueza das instituições políticas na resolução dos conflitos e no processo de democratização do país. Os chamados N'bai luta (fui a luta), que hoje formam a maioria das chefias das Forças Armadas, não deixam qualquer margem de controle civil na condução do destino do país. Não é por acaso que Lopes (1983) argumenta que a Guiné-Bissau vive do seu passado, porque os antigos combatentes não permitem que os guineenses mais instruídos assumam o destino do país, pois os cargos públicos nos ministérios são ocupados mediante o estatuto da luta de libertação. Utilizam o estatuto de combatentes para adiar o desenvolvimento do país e com isso abrem espaço para a corrupção e a fome que tem aumentado com os sucessivos golpes de Estado. Muitos deles entendem a palavra democracia como desordem e a utilizam para orquestrar novos golpes em benefício próprio, a custa do sofrido povo guineense. Toda essa preocupação com a usurpação por parte dos militares dos poderes constitucionais do país nos leva a refletir sobre os mecanismos de controle civil que visam a garantir o funcionamento das instituições democráticas.

Ao buscar esses mecanismos, a indagação que se faz é a seguinte: de que forma o governo civil eleito democraticamente pode impor o controle sobre os militares? Existem duas formas interrelacionadas. A primeira seria criar mecanismos constitucionais rigorosos que pudessem inibir e punir os autores do golpe de Estado, pois os militares pensariam duas vezes antes de planejar um novo golpe. Saberiam que, uma vez fora do poder, seriam

---

<sup>5</sup> Partido Unido Social Democrata

severamente punidos pela lei. A segunda alternativa seria a capacitação profissional: criar Centros de Treinamento para capacitação profissional dos soldados sobre as técnicas militares; encorajar a ida para a reserva dos oficiais velhos e analfabetos, acelerando a promoção de oficiais mais novos e com maior nível de escolaridade, dotando-lhes dos conhecimentos teóricos sobre os direitos humanos e princípios constitucionais do estado de direito.

## 1.2 África: Visões Teóricas sobre a Transição Política para a democracia

Durante a década de 70 a 90, mais de 32 países tiveram suas primeiras experiências democráticas com a realização das eleições gerais multipartidárias (Huntington, 1991). Segundo Huntington, o desenvolvimento econômico foi a causa que motivou essas mudanças de regime. Outros fatores adicionais, como o colapso comunista no leste europeu com a queda do muro de Berlim, também são motivos que geraram essas mudanças de sistema político autoritário para democrático.

As experiências mais recentes das transições políticas na África são exatamente as dos países que recentemente saíram das guerras civis e regimes monopartidários, como o caso de Guiné-Bissau, Angola, Libéria, e Congo (ex-Zaire). Esses países tentaram resolver os conflitos pelas vias institucionais, mas obtiveram resultados completamente inesperados (Macuane, 2000, p.676). Reynolds (1995) defende que as eleições pluralistas fomentam polarizações étnicas e regionais por causa do seu aspecto soma zero (leva tudo ou nada)<sup>6</sup>. Segundo ele, como os grupos étnicos tendem a se localizar em regiões específicas, a maioria será o reflexo da diversidade étnica. O autor argumenta ainda que, no sistema presidencialista africano, os presidentes tendem a ser pressionados pelas diferentes etnias e interesses regionais diversos e podem ter incentivos para oferecer privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de garantir a reeleição.

Segundo Lowenthal (1998, p.12), nenhum regime autoritário é considerado monolítico, assim como não são as forças que impulsionam em direção à democracia. Embora fatores de ordem institucional, diretos ou indiretos, possam condicionar e afetar o curso da transição, os principais

---

<sup>6</sup> Sistemas onde o candidato que ganha as eleições leva todos os assentos representativos e, com isso, exclui a participação de outras organizações políticas menores.

atores e influências dominantes foram, em todos os casos, de ordem nacional.

De modo geral, existem duas perspectivas acerca dos processos de transição política para a democracia: a primeira estuda as condições que determinam o sucesso da transição e da democratização. Desta corrente destaca-se Huntington (1994) que enumerou alguns dos aspectos que podem influir no processo de transição. Conforme Huntington (1994, p.306), as perspectivas de transição para a democracia são escassas em países de fraco desenvolvimento econômico. Nas suas palavras, “*os obstáculos ao desenvolvimento econômico são obstáculos para o sucesso de transição e expansão democrática*”.

Para Bratton e Walle (1997), a herança institucional dos países africanos é que influencia as transições para a democracia. Segundo eles, a democracia tem mais chance de sucesso em sistemas com uma certa experiência de competição política. Assim, na visão desses autores, a intolerância e a falta de uma sociedade civil articulada são os motivos para o fracasso das transições na África, razões pelas quais as transições para a democracia têm pouca chance de sucesso no continente.

Portanto, as conclusões de Bratton, Walle e Huntington indicam que a herança histórica e institucional de países africanos não os torna propícios à democracia.

Segundo Macuane (2000), para vários autores, - entre eles, Ake e Brumber (1991), Tuedten (1993), Monca (1997), Joseph (1998), Mangistead e Daddieh Fratto Jr. (1998) - a existência de partidos fracos, a falta de uma cultura política plural baseada na tolerância e no compromisso e Estados com fraca capacidade cuja dominação expressa mais o uso da violência do que da liderança moral e intelectual são os obstáculos para o sucesso das transições na África.

Na segunda perspectiva, O'donnell e Schmitter (1998) argumentam que a transição do regime autoritário não se limita a uma questão de desenvolvimento econômico ou da complexidade societal, mas é moldada segundo suas características próprias. Ihovbere (1997) defende a tese de que a democracia terá pouca chance de sucesso caso os representantes do regime autoritário continuem no poder. Nessas condições, segundo ele, há grande chance do processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário.

Prazeworki (1994, p. 56-57) argumenta que a experiência histórica tem demonstrado que a democracia é compatível com a pobreza. Mas adverte: “*a sobrevivência das novas democracias dependerá, em grande parte, de seu desenvolvimento econômico, por terem surgido em meio a uma crise*”.

*econômica*”. Para o autor, a questão básica das transições é saber se elas conduzem a uma democracia consolidada, isto é, a um sistema em que as forças políticas relevantes submetem os seus interesses e valores à incerteza da interação das instituições e aceitam os resultados dos processos democráticos. Przeworski (1994, p. 95-137), citando O’Donnell e Scmitter (1998), distingue quatro atores políticos de transição: os linha-dura e os reformistas no interior do bloco autoritário, os moderados e os radicais na oposição, mas os critica por terem concentrado as análises nas estratégias de diferentes atores e explicarem os resultados como conseqüências dessas estratégias. O autor argumenta ainda que a transição política está completa quando se estabelece o controle civil sobre os militares. Concluindo, Przeworski (1994, p. 131) assevera que as transições pela via da emancipação pactuada deixam resíduos institucionais, dentre os quais, o mais importante é a autonomia das Forças Armadas.

Grosso modo, as conclusões de Schmitter, O’Donnell (1998) e Przeworski (1994) indicam que a “teoria do desenvolvimento econômico” não é suficiente para explicar o sucesso da liberalização e democratização na África.

### 1.3 Instabilidade Política e Democratização em África

A África sempre foi um continente de conflitos institucionais misturados com questões étnicas. As origens dos conflitos fronteiriços podem ser encontradas precisamente entre 1884 e 1885, quando foi realizada a conferência de Berlim. Esta teve como objetivo resolver as diferenças entre países europeus colonizadores (sendo os principais Grã-Bretanha, França, Portugal e Alemanha) no que diz respeito à ocupação de territórios africanos e ao estabelecimento de zonas de controle e exploração econômica para cada um deles. Percebe-se, por outro lado, que os conflitos institucionais têm suas bases no processo de transição para a democracia implementada pelos mesmos a partir da década de 70 a 90, após a revolução dos cravos em Portugal.

Para Santos (1996), a transição política na Guiné-Bissau, em 1994, foi um sucesso, pois sabemos que a mesma se deu num quadro de baixo grau de institucionalização que não permitiu à democratização do país e muito menos propiciou condições para que houvesse independência dos três poderes institucionais: Executivo, Legislativo e Judiciário. O presidente Nino, na época, exercia influência direta nos tribunais e não permitia que o

poder judiciário exercesse suas funções de forma independente. Ele mandava em tudo e em todos, o país não dispunha e ainda não dispõe de uma justiça relativamente independente. A Guiné-Bissau, durante a transição política, vivia numa pólvora de canhão e muitos já sabiam que dado o baixo grau de institucionalização e da intimidação por parte do governo do PAIGC, o país estaria correndo o risco de enfrentar um suposto golpe de Estado, após a realização das primeiras eleições gerais, em 1994. A experiência hoje, com vários golpes de Estado, prova a ineficácia das instituições que poderiam mediar os conflitos durante o processo de transição política na Guiné-Bissau. As razões anteriormente mencionadas nos levam a afirmar que a transição política na Guiné-Bissau não passou de um mito, pois o país nunca passou por transição de regime, ou seja, a Guiné-Bissau ainda nem experimentou uma transição de regime autoritário para o regime democrático.

A democracia não se restringe à escolha e eleição periódicas dos governantes, apesar de que esses são uns dos elementos que a constitui. Ela engloba outros elementos adicionais, como o respeito pelas regras do jogo e pautar os interesses dentro dessas regras, significa ter uma sociedade civil articulada e independente da tutela do Estado, ter partidos políticos fortes que representem os verdadeiros interesses da sociedade, significa a tolerância política entre os principais atores no processo de disputa de governo.

Ihovbere (1994) argumenta que democracia terá pouca chance de sucesso caso os representantes do regime autoritário continuem no poder. Nessas condições, segundo Ihovbere, há grande chance do processo democrático ser apenas uma forma de manutenção dos representantes do regime autoritário. A intolerância política entre os principais atores políticos sabota qualquer tentativa de transição e democratização, servirá apenas para manter o mesmo princípio antidemocrático herdado do anterior regime, razão pela qual a democracia terá pouca chance de sucesso.

Citando Ake e Brumber (1991), Monca (1997) e Ihovbere (1997), Macuane defende que a intolerância entre os principais atores políticos nacionais, a falta de uma sociedade civil articulada e independente, a existência de partidos fracos, assim como, as dificuldades do judiciário em criar mecanismos jurídicos que regulem os conflitos são motivos do insucesso do sistema político democrático na África. Na Guiné-Bissau o cenário não é diferente. Assistiu-se nos últimos anos, entre 1998 a 2003, uma tendência a instalação de regimes autoritários mediante golpes de Estado, o que muitas vezes, ou quase sempre, significa a repressão de qualquer forma de contestação aos regimes militares instalados. Guerras

civis e golpes de Estado passam a fazer parte do dia-a-dia da agenda política dos principais atores políticos nacionais, contribuindo largamente para criação de um ambiente social e político crítico.

No âmbito social, ainda hoje se verifica no país o fluxo maciço de emigrantes, dada a instabilidade política e a miséria, resultado de crises econômicas profundas.

No aspeto político, com o fim da guerra fria e a queda do muro de Berlim, muitos países africanos, como no caso da Guiné-Bissau, desencadearam processos de reformas políticas, o que foi chamado por Huntington (1994) de democratização de *terceira onda*. Muitas dessas reformas culminaram com a realização de eleições multipartidárias, como forma de resolver os conflitos políticos e crises econômicas crônicas pela via institucional, mas os resultados foram totalmente indesejados (Macuane, 2000).

As Repúblicas de Congo e Angola decidiram entrar pelo caminho da democracia, realizaram suas primeiras eleições gerais e multipartidárias em 1992. Após a sua independência em 1960, Camarões começou com o processo de liberalização política, em 1990, e teve suas primeiras eleições em 1992. Na África do Sul, com o fim da apartheid, o presidente De Klerk convoca, em 1994, as primeiras eleições multipartidárias para um governo de transição. Em abril de 1994, Mandela é eleito presidente. Cabo-Verde e São-Tomé Príncipe, que vinham de uma longa história de monopartidarismo, realizaram suas eleições em 1991. No caso da Guiné-Bissau, o processo começou um pouco mais tarde, em 1990, e teve suas primeiras eleições em 1994. Esse processo ficou interrompido após um levante militar em 1998, retomado em novembro de 1999 e concluído em Janeiro de 2000. Nesse pleito, foi eleito presidente da República, Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS).

O ponto seguinte visa a responder as seguintes questões: o que é golpe de Estado e quais são estratégias militares e as condições que garantem o sucesso ou insucesso do golpe de Estado? Partindo de uma visão histórica do termo, pretendemos, em parte, com essas análises, explicar esse processo e estabelecer as diferenças que existem entre o golpe de Estado, a revolução e a guerra civil.

## **2 - Uma visão histórica do golpe de Estado**

A expressão golpe de Estado ganhou estatuto na literatura francesa, tanto que Gabriel Naudé escrevia, em 1939, as suas considerações sobre o golpe de Estado. Para Naudé, o golpe de Estado consiste no ato levado a cabo por um soberano ou ditador para reforçar o próprio poder. Esta decisão, segundo ele, é geralmente tomada de surpresa para evitar reações daqueles que poderiam sofrer as conseqüências (citado por Bobbio, 1992). Com o tempo, o termo passou a fazer referência às mudanças no governo feitas na base da violação da constituição do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político (militares). O dicionário Larousse, conserva a tradição francesa do termo, definindo o golpe de Estado como uma violação das formas constitucionais por um governante ou grupos de pessoas que fazem parte do aparelho do Estado. Neste caso, foi o que Luís Bonaparte realizou em 1804, quando deu o golpe na I República, conseguindo proclamar-se Imperador da França.

No início dos anos 70, mais da metade dos países do mundo tinha governos saídos de golpes de Estados, por conseguinte, este tornou-se habitual como método de sucessão monárquica (Bobbio, 1992). Na maioria dos casos, os que tomam o poder político através do golpe de Estado são titulares de um dos setores da burocracia estatal: as chefias militares. O golpe de Estado ou pronunciamento, na tradição espanhola, tornou-se a forma mais freqüente, hoje, na derrubada de governos civis.

### **2.1 O que é golpe de Estado?**

O significado da expressão golpe de Estado mudou ao longo do tempo. O fenômeno, hoje, mostra notáveis diferenças em relação ao que, com as mesmas palavras, se fazia referência há três séculos atrás. As diferenças vão, desde a mudança dos atores (quem faz), até a própria forma de execução (como faz). Como o Bobbio nos mostra, o golpe de Estado é um ato realizado por elementos do próprio Estado e não por pessoas fora do Estado, como muitas vezes somos levados a pensar.

Diferentemente da guerra civil, cuja finalidade é desgastar e derrotar as forças armadas ou policiais a serviço do Estado, o golpe de Estado é executado não apenas através dos funcionários do Estado, mas mobiliza até elementos que não fazem parte diretamente do aparelho estatal - como as Igrejas, os Sindicatos e os partidos políticos. Mais adiante, falaremos sobre isso. No entanto, é importante mostrar resumidamente em que consiste essa diferença.

*a) Revolução:* consiste na transformação radical da estrutura da sociedade, ou seja, no início de um novo começo, na construção de uma forma de Estado totalmente diferente; fundada na liberdade do indivíduo, na mudança de governantes e na distribuição de recursos econômicos do país. Este termo teve muita popularidade na Guiné-Bissau durante o conflito militar de 07 de Junho em 1998, liderado por Ansumane Mané, dando a entender que a iniciativa partiu do povo e não das chefias militares.

*b) Guerra civil:* é o conflito entre elementos das forças armadas nacionais visando à derrubada de um governo. Isso aconteceu no início do conflito de 07 de Junho de 1998, quando o combate se dava entre a Junta Militar e os militares que apoiavam o ex-presidente João Bernardo Vieira (Nino), ambos pertenciam às forças armadas revolucionárias do povo (FARP)

*c) Definição do golpe de Estado:* o golpe de Estado engloba alguns elementos da tomada de poder pela força, mas ao contrário da maioria desses elementos, é executado por escassos números de pessoas já pertencentes à elite do governo, ou seja, pessoas que faziam ou fazem parte do aparelho estatal. O objetivo do golpe de Estado é a obtenção do poder por parte de um grupo de pessoas, os militares.

A revolução se distingue do golpe de Estado, porque esta se configura como uma mudança radical na estrutura da sociedade e dos governantes, com vistas a garantir uma forma de sociedade diferente, fundamentada na liberdade do indivíduo e na distribuição de recursos do país, sem nada mudar nos mecanismos políticos e nem alterar a constituição da República, como se verificou na Guiné-Bissau com a criação da “*carta de transição*” que legitimou o golpe e atribuiu os poderes aos militares. Além disso, a revolução é essencialmente popular, o golpe é tipicamente de grupos pertencente ao governo, os militares.

Grosso modo, a definição de golpe de Estado consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das Forças Armadas, dos órgãos e das atribuições do poder político soberano, mediante uma ação repentina. O golpe de Estado implica na instauração de um novo ordenamento jurídico, dada a violação da legalidade do ordenamento anterior, implica também na mudança da sua norma fundamental, e, por conseguinte, na invalidação de todas as leis e disposições constitucionais anteriores. Na Guiné-Bissau, após o golpe de Estado de 2003, foi criada a famosa “*carta de transição*”, por juristas nacionais, cujo objetivo é “validar” e “legitimar” o poder da “*comité militar*” em troca de privilégios e cargos nos ministérios.

## 2.2 Estratégia Militar

Derrubar governo não é fácil. O governo não só estará com proteção da defesa nacional do Estado (forças armadas, guarda-costas preparados, policiais e elementos de segurança do Estado), mas também, goza de uma ampla gama de interesses. Na Guiné-Bissau, isso inclui interesses partidários, interesses regionais, étnicos, religiosos e até internacionais. No entanto, a elaboração da estratégia de golpe merece uma atenção muito especial. A estratégia militar tenta ser clara e objetiva, focalizando sempre alvos preciosos para ataque (citado por Luttwark, 1991). As estratégias não se limitam apenas às táticas, mas, englobam as manobras para disfarçar o verdadeiro interesse dos militares que é a obtenção do poder. Neste sentido, Luttwark (1991, p.57) defende que a estratégia dos militares deve ser guiada por duas formas principais: a necessidade de velocidade máxima na execução e a necessidade de neutralizar as forças que poderiam eventualmente se opor aos militares, antes e imediatamente após o golpe.

A necessidade de velocidade, segundo Luttwark, significa que as diversas operações separadas do golpe são realizadas simultaneamente, ou

seja, ao mesmo tempo, isto exige maior número de pessoas. Por outro lado, os militares admitem que o golpe conta com o apoio de toda força armada e com um pequeno grupo de aliados políticos e da sociedade civil nacional e internacional, mesmo sabendo que não passa da demagogia.

### 2.3 Pré-condições para o golpe de Estado

Quais são as condições necessárias para que o golpe se efetive e se justifique? Nem todas as condições são propícias para que o golpe de Estado seja executado com sucesso. Apesar de que, os países que sofrem com o problema de golpe de Estado têm em comum problemas econômicos e instabilidade política muito semelhante. A instabilidade política, econômica e cultural é condição indispensável para o sucesso do golpe na África. Para entender melhor esse processo, vamos tentar classificá-lo da seguinte maneira:

*a) Problema econômico:* os países que se deparam ou se depararam com problemas econômicos crônicos caracterizam-se por doenças, analfabetismo, fome, salários atrasados, criminalidade, prostituição, e demais males da sociedade. Os indivíduos vivendo nessas sociedades e nessas condições são parcialmente eliminados das suas vidas sociais. Não conseguem viver adequadamente na sociedade porque não dispõem do mínimo para sobreviver. Desprovidos de um olhar crítico e construtivo da sua sociedade e da realidade em que vivem, sua única fonte de contato é a TV e a rádio do governo, mesmo sabendo por experiências passadas que raras vezes dizem a verdade.

Os que vivem nas grandes cidades, não têm se quer esperanças de um amanhã melhor e travam lutas pelas necessidades de sobrevivência. A injustiça está sempre presente; o povo não tem nenhum direito a não ser deveres e impostos, os privilégios sempre estão na mão de um pequeno grupo de pessoas, ou seja, na mão daqueles que detém o poder político ou econômico. Essas condições alarmantes da vida da população em geral, facilmente estimulam o golpe de Estado e toda população (sem exceção) apoia com a esperança de uma vida melhor em um futuro que dificilmente chegará.

*b) Problema político:* os países que entraram recentemente para o sistema democrático, após 1974, com a revolução dos cravos em Portugal,

como, por exemplo, a Guiné-Bissau (1994), Moçambique (1991), Congo e Angola (1992), São-Tomé Príncipe (1991), estão passando por crises institucionais graves. Estes países vêm a democracia como forma de resolução de seus problemas e acabam tendo resultados totalmente opostos, no que concerne à convivência e autonomia entre as instituições e poderes instituídos. O Huntington (1994) mostra que a mudança política de sistemas democráticos para autoritários deve-se à fraqueza dos valores democráticos em alguns países e crises econômicas que intensificaram os conflitos sociais e a falência da lei.

*c) Problema Étnico: os confrontos fronteiriços dos países africanos atuais datam de um pouco mais de um século, precisamente quando foi realizada a conferência de Berlim, entre 1884 a 1885.*

O problema cultural e étnico nas democracias africanas é muito preocupante e merece pesquisas mais aprofundadas. Percebe-se que os presidentes tendem a agrandar algumas etnias e interesses regionais em detrimento de outras. Oferecem incentivos e privilégios aos seus grupos étnicos e regionais, como forma de garantir a reeleição. Nesse sentido, Reynolds (1995) mostra que as eleições pluralistas fomentam polarizações étnicas. Segundo Reynolds, como os grupos étnicos tendem a se localizar em regiões específicas, a maioria será o resultado, ou o reflexo, da diversidade étnica.

A literatura mostra que na Maláui, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Libéria e Congo, o fator regional nas eleições presidenciais foi crucial e permitiu a vitória de vários presidentes com os votos oriundos das suas regiões. Nessas condições, a intolerância étnica incentivada pelos políticos demagógicos e corruptos e a falta de “consciência nacional” entre os diferentes grupos étnicos são, sem dúvida algumas das causas que motivam a desagregação social e conflitos entre os mesmos, na medida em que, a desagregação entre as etnias também se faz sentir dentro das Forças Armadas nacionais.

Ao promover a “consciência nacional”, a partir do acesso da população à educação básica, o Estado guineense estaria promovendo uma “relativa unidade” entre diversos grupos étnicos e com isso proporcionando uma “consciência cidadã” da sua população sobre os princípios da cidadania e do Estado democrático.

## Segundo Capítulo

O objetivo deste capítulo é examinar as ações dos militares com vistas a atingir seu objetivo, o poder. Analisaremos os modelos de comunicados lidos durante e após o golpe, cujo objetivo é “acalmar” os ânimos, justificar a derrubada do governo e buscar apoio da sociedade e da comunidade internacional como forma de mascarar o verdadeiro interesse: o poder.

### 1-Véspera do golpe de Estado

A infiltração de pequenos grupos no aparelho burocrático do Estado (forças armadas, polícia e marinha) permite aos golpistas incorporar outros elementos para constituir as forças que irão executar o golpe<sup>7</sup>. Ajudam também a identificar os alvos sensíveis do governo, os que devem ser sabotados ou neutralizados e selecionar as principais personalidades com influência dentro e fora do governo. Normalmente, nessas circunstâncias, nenhum alvo é negligenciado pelos militares.

Na fase decisiva (ativa) do golpe, a força conquistada através de infiltração, será usada para certos alvos ou para neutralizar determinados recursos do governo. Nesse momento, a estratégia militar pauta-se por dois princípios: a formação de grupos ativos e seu uso operacional, assim como o deslocamento das forças de bloqueio. Em ambos os casos, a maior preocupação dos militares é evitar surpresas por parte do governo e assegurar que as suas posições não sejam ameaçadas por parte dos soldados e policiais recrutados. Para fazer isso, os militares usam a força, mas como o derramamento de sangue pode trazer problemas sérios, os golpistas fazem o possível para que a ameaça seja o suficiente para atingir seus objetivos (LUTTWAK, 1991).

---

<sup>7</sup> Ver LUTTWAK (1991)

Isso aconteceu na Guiné-Bissau com a derrubada do presidente Kumba Yalá, em 2003, na qual os militares não precisaram derramar sangue para assumir o poder.

O objetivo do golpe é a obtenção do poder político e não a liquidação física das pessoas, apesar de que, infelizmente, isso frequentemente tem acontecido na Guiné-Bissau e demais países africanos e latino-americanos, como no caso da Venezuela. Os golpistas pautam, em alguns casos, simplesmente pela neutralização da força de governo e controle de alvos prioritários, com táticas exclusivamente defensivas, bloqueando as principais vias que dificultam a ação das forças governamentais e evitam intervenções estrangeiras; isso aconteceu na Costa de Marfim com tropas francesas e na Guiné-Bissau, com a vinda das tropas de Senegal e da Guiné-Conackre, em 1998.

De modo geral, o objetivo dos golpistas será retardar o adversário e não eliminá-lo fisicamente.

## 1.1 Execução do golpe de Estado

A fase ativa do golpe é como uma operação militar - só que é mais do que isso. Nessa circunstância, existe maior ou menor dificuldade para atingir o aparelho sensível do governo, dependendo do oficial que esteja à frente da execução. No golpe de Estado, contrariamente à operação militar, os erros dificilmente serão reparados. Os alvos são estudados detalhadamente antes da execução como forma de evitar fracassos inesperados. As equipes incumbidas de uma missão sempre estão prontas para cumprir as ordens e atacar as forças do governo de forma repentina (citado por Luttwak, 1991).

No início do golpe, o governo só perceberá que algo está se passando, mas não saberá do que se trata – poderia ser um motim, uma insurreição, ou até o início de uma invasão estrangeira. Os golpistas sempre evitam qualquer ação que esclareça a natureza do golpe. Normalmente, saem das suas bases e começam as ocupações dos alvos, operando sempre como unidades independentes; isso permitirá que o nome do comandante que esteja à frente do golpe permaneça desconhecido, até que seja tarde demais para qualquer oposição efetiva do governo. Os líderes do golpe ficam espalhados, deixando só o porta-voz com uma pequena equipe ocupando rádio e televisão; um chefe estará com um grupo cujo alvo é o Quartel General das Forças Armadas (QGFA), pequenas unidades militares e policiais.

Como toda a equipe será pequena e móvel e como não haverá um quartel-general durante a execução do golpe, o governo terá dificuldades para encontrar alvos nos quais concentrar suas forças. Com isso, a sua superioridade numérica desaparecerá e os golpistas terão superioridade na área de cada alvo determinado<sup>8</sup>. Esta será a chave da vitória.

#### *a) Bloqueio Militar*

- 1 – Os pontos de trânsito interno intenso;
- 2 – Zonas fortemente povoadas;
- 3 – Zonas das Embaixadas;
- 4 – Residências dos líderes do governo e seus aliados;
- 5 – Principais vias de acesso de rádios – televisões;
- 6- Aeroporto, porto e áreas de fronteiras.

## 1.2 Primeiro Comunicado

Quando toda situação militar estiver sob controle, vem a elaboração de um discurso transmitido nas principais rádios e televisões do país, cujo objetivo é justificar a tomada do poder e solicitar o apoio da sociedade, das igrejas, dos sindicatos, dos partidos políticos e da comunidade internacional.

O primeiro comunicado é uma questão de estilo. Na Guiné-Bissau, o comunicado é acompanhado com as músicas da luta de libertação colonial. As músicas são escutadas durante as 24 horas do dia, fazendo um paralelo com a luta de libertação contra o colonialismo português, e deste modo, criando na população um sentimento de justiça e nacionalismo, dando a entender que desta vez as coisas serão diferentes, mesmo sabendo, por experiências passadas que tudo não passa de rumores.

Estes são os modelos de discursos usados por muitos líderes militares, Juntas e Comitês para justificar o golpe de Estado e tentar encobrir o real objetivo do golpe, o poder.

---

<sup>8</sup> LUTTEWAK (1991)

a) *Tipo poético:*

“Isto não é um comunicado, mas uma confissão, um compromisso e um apelo. É a confissão da situação à qual o Exército e o povo foram conduzidos por homens maus... É um compromisso de acabar com a vergonha e a desgraça sofridas pelo Exército... e é, finalmente, uma convocação às armas e à honra”.

*(Capitão Mustafá Hamdum, Rádio Aleppo, 6h30, 25 de fevereiro de 1945)*

b) *Tipo Revolucionário:*

“A classe dos ladrões acabou... uma nova era de igualdade entre todos os cidadãos começou... Todos os acordos com os países estrangeiros serão respeitados”.

*(Coronel Jean Bebel Bokassa, Antiga República Centro-Africana, 15 de Janeiro de 1966)*

“Basta de corrupção, abusos de poder e assassinatos... agora o povo terá justiça, paz e felicidade... Nós não queremos o poder...”.

*(Brigadeiro Ansumane Mané (Junta militar da salvação) Guiné-Bissau, 07 de Junho de 1998)*

c) *Tipo Democrático*

“Decidimos salvar a democracia e evitar a guerra civil anunciada pelo Primeiro – Ministro e não queremos o poder...”.

*Comitê Militar para Restituição da Ordem Constitucional e Democrática (CMROCD), Guiné-Bissau, 15 de Setembro de 2003.*

“Basta de corrupção nas Forças Armadas, promoções arbitrárias e fome nos quartéis... Isso não é um golpe de Estado”.

*(Militares descontentes que foram manter a paz na Libéria, no âmbito da missão da ONU, Guiné-Bissau, 06 de Outubro de 2004)*

Neste último caso, não podemos considerar que houve golpe de Estado por parte dos militares que participaram do programa de paz na Libéria, na medida em que o governo do Primeiro Ministro Carlos Gomes Júnior não foi deposto. Porém, isto não tira o caráter de uso da força para obtenção do poder, aliás, esse foi o objetivo número um dos militares

revoltosos que culminou na nomeação de Tagne e os seus comparsas para assumir os três ramos das forças armadas, após o assassinato de Veríssimo. A mesma estratégia de liquidação física entre os militares aconteceu com o Brigadeiro Assumane Mané que foi vencedor do conflito militar de 1998 e assassinado em 2002.

*d) Tipo Nacionalista:*

“Esta rebelião foi feita para uma Nigéria forte, unida e próspera, livre da corrupção e da luta interna... O saque, os subornos serão punidos com a morte...”.

*(Major Nzeogwu, Rádio Kaduna, Nigéria, 15 de Janeiro de 1966)*

*d) Tipo Administrador Responsável:*

“O mito Kwame N`Krumah está desfeito... Ele governou o país como se fosse sua propriedade privada... Sua maneira caprichosa de conduzir os assuntos econômicos levou o país ao colapso econômico”.

*(Comunicado radiofônico do Conselho de Libertação Nacional de Gana, Fevereiro de 1996)*

### 1.3 Aeroporto, porto e fronteiras.

Um dos movimentos que aparece durante a execução do golpe é o fechamento de aeroportos, portos e fronteiras vizinhas, com o conseqüente cancelamento de todos os vôos nacionais e internacionais. Isto faz parte da tática geral dos militares, cujo objetivo é “congelar” a situação evitando o deslocamento de pessoas e informações; também visará a outros objetivos específicos porque, fechando os aeroportos e impedindo fugas por vias terrestres, impedirá a fuga dos líderes do governo que não podem ser presos de imediato ou de oficiais militares que pertenciam ao governo anterior. Impedirá, também, o movimento das forças do governo para a capital e permitirá aos golpistas o máximo de controle possível.

## 1.4 Personalidades do antigo governo

Apesar de o objetivo dos golpistas ser a obtenção do poder político, prendem alguns indivíduos-chaves do governo anterior durante e após o golpe e alguns são mantidos sob residência vigiada. A estrutura formal do governo abrange duas categorias: o tipo presidencialista, em que o chefe de Estado é também o chefe do governo (EUA e Brasil) e o presidente normalmente é o chefe do governo; o sistema parlamentarista, em que o Chefe de Estado tem funções simbólicas ou cerimoniais e a verdadeira tomada de decisões pertence ao Primeiro Ministro (Portugal, França, Guiné Bissau, Angola, Moçambique, Cabo-Verde).

## **Terceiro Capítulo**

Neste capítulo, tento mostrar o papel das Igrejas no processo de golpe de Estado na Guiné-Bissau. As questões que pretendo responder podem ser formuladas da seguinte maneira: por que frequentemente as Igrejas são solicitadas para a mesa de negociações durante e após o processo de golpe de Estado e não os sindicatos dos médicos ou dos professores? Como os militares enfrentaram a crise econômica após os golpes de Estado na Guiné-Bissau e como os governos civis eleitos podem manter as armas obedientes?

### **1-Sociedade Civil**

Antes, durante e após o golpe, os militares tentam disfarçar os seus verdadeiros interesses, dizendo que não querem o poder, mas lutar contra a corrupção e a injustiça social. Esse discurso visa a busca de apoio da sociedade civil, das igrejas, dos partidos políticos para legitimar o golpe de Estado conseguindo a aprovação da sociedade nacional e internacional.

Esses são os principais alvos dos militares para legitimar o golpe de Estado e buscar o apoio necessário para o novo governo militar:

#### *a) Igrejas*

As religiões têm uma importância indispensável na vida das pessoas. Com suas doutrinas de salvação da alma e da glória, dão um grande conforto à vida de todos nós. As religiões oferecem uma base doutrinária contra qualquer tipo de repressão social. Se as igrejas quiserem orientar os seus fiéis contra o golpe, este imediatamente fracassará, e podem ainda coordenar os partidos de oposição criando uma frente contra os militares que tentaram o golpe de Estado.

No entanto, a relação dos militares com as igrejas é sempre de interesse. Os militares, durante e após o golpe, tentam usar os discursos religiosos seguindo os princípios básicos de todas as religiões: igualdade, liberdade, justiça e luta contra a opressão. Por outro lado, após o golpe de Estado, os militares criam comissões ditas de “negociações”, para as quais são convidados os “homens religiosos” para indicarem as pessoas (apoiadas pelas Igrejas) para dirigir o destino do país, durante a transição. Essas personalidades apoiadas pelas Igrejas não passam de figuras de “fachada”, quem dirige, na verdade, o governo são as chefias das forças armadas e nada é feito sem o aval das mesmas. Foi o que aconteceu com o apoio da Igreja Católica que dirigiu a Comissão da Sociedade Civil para Paz na indicação de Henrique Rosa para presidente da República, nomeado pelo Chefe de Estado Maior Veríssimo Seabra em 2003. O apoio das Igrejas na escolha de pessoas que vão dirigir o destino do país durante a transição não passa de “fachada”, quem manda, entretanto, são as chefias militares e nada é feito sem consentimento da cúpula castrense.

Neste sentido, a presença das igrejas durante e pós-golpe é indispensável para atrair novos aliados e fazer o povo acreditar que desta vez é para sempre, ou seja, as coisas vão mudar e todo mundo terá uma vida feliz e próspera.

#### *a) Sindicatos*

Nos países onde os partidos políticos são fracos e demagogos (caso da Guiné-Bissau), os trabalhadores e a sociedade em geral são obrigados a procurar outras vias de organização para conseguir seus direitos e objetivos. Uma dessas vias são os sindicatos. As massas sindicais, ao contrário dos partidos políticos, estão em função diariamente: as urnas só são abertas a cada quatro ou cinco anos, mas os trabalhadores trabalham diariamente durante este ano.

A ameaça de greve ou de uma manifestação pública dos sindicatos contra o golpe de Estado dependerá do seu tamanho, da sua união e do seu grau de militância: um sindicato dividido não representa a mesma ameaça

que um sindicato organizado pode representar, porém, após o golpe de Estado, os golpistas, por uma questão estratégica, chamam para participar do governo de transição (ou oferecem concessão de privilégios) os principais líderes sindicais, como forma de acalmar a classe trabalhadora e evitar futuras greves. Essa atitude é indispensável para o sucesso de qualquer golpe de Estado.

### *b)Partidos Políticos*

Os partidos políticos, desde o seu surgimento, há pouco mais de um século no ocidente, com a formação da sociedade industrial e de massa, são os principais canais de ligação entre a sociedade e o Estado (citado por Santos, 2002). Não é por acaso que Daht (1966) afirma que os partidos políticos são a maior organização social que liga o Estado e a sociedade. Bobbio (1996, p. 68) considera os partidos os principais atores que garantem a competição eleitoral e alimentam a democracia. Na mesma perspectiva, Santos (2002), citando Eldervel (1982), argumenta que os partidos políticos, além de canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, são uma arena importante que proporciona o desenvolvimento de negociações e compromisso político.

As perspectivas de Bobbio (1996), Eldervel (1982) e Santos (2002) são unânimes em afirmar que ao estabelecerem vínculos entre cidadãos e Estado, os partidos proporcionam, às estruturas do governo, os meios para atender às demandas da sociedade a qual representam.

Na Guiné-Bissau, os partidos políticos poucas vezes, ou quase nunca, assumiram a função de canalizar as demandas sociais e muito poucas vezes têm ajudado no desenvolvimento da democracia. Durante o levantamento militar de 1998 e golpe de Estado de 2003, os líderes políticos nacionais deram um vasto apoio aos militares na derrubada de governos eleitos, com o objetivo de, supostamente, chegar ao poder. Suas reações ao golpe sempre foram verbais e meramente declamatórias em favor dos militares, sem se preocuparem com a reposição da legalidade no país.

Como os partidos políticos são diferentes, é bom classificá-los em quatro categorias fundamentais:

- a) Partidos Aluguer
- b) Partido Militar
- c) Partido Pide
- d)Partido Estrangeiro

#### *a) Partido Aluguer*

Como falei no capítulo anterior, nos países onde a política é um negócio de muito lucro, os partidos têm como objetivo conseguir votos em troca de bens materiais ou dinheiro. Esses partidos apoiam a péssima política do governo em troca de ministérios ou favores dos quais retém uma parte, repassando a outra parte para aqueles que asseguraram suas eleições.

#### *b) Partido Militar*

O objetivo número um dos partidos militares é destruir o sistema democrático no país, e não dirigi-lo. Esses partidos caracterizam-se por uma ideologia, ou seja, por mentiras disfarçadas de verdade, cuja preocupação é o uso de métodos de força (por via dos militares) para conseguir o poder político. Geralmente, possuem lideranças autoritárias, desprovidas de princípios que regem a democracia e grande parte dos seus líderes apoiam golpes de Estado como forma de conseguir o poder.

#### *c) Partido Pide*

Em muitos países africanos, particularmente na Guiné-Bissau, os partidos políticos perderam sua principal função primária que é a de concorrer em eleição livre e justa. A principal função do partido pide é ser informante do governo, e frequentemente exige privilégios e concessões especiais.

#### *d) Partido Estrangeiro*

Na Guiné-Bissau, existem muitos partidos estrangeiros. São aqueles que representam subordinações econômicas às nações ou grupos de nações hegemônicas. Ou seja, aqueles partidos que recebem ajuda de outros países, ou de instituições pouco credíveis, para defender internamente os seus interesses. No caso do partido entrar no governo, esses favores podem vir através de privatizações das empresas nacionais, concessões ilegais, isenção de impostos, concessão de contratos e acordos que não trazem vantagens para o país.

## 1.1 Pós-golpe de Estado

A situação pós-golpe é das mais complexas de todas, principalmente quando o país vive na democracia. As principais questões que os militares golpistas enfrentam são: Quem vai mandar? E como vai mandar? Nessas circunstâncias, os militares fazem questão de não assumir diretamente o poder para evitar uma suposta manifestação da sociedade civil e a condenação por parte da comunidade internacional, o que colocaria em risco todo sucesso obtido até ali alcançado. Eles criam uma comissão na qual toda sociedade civil, inclusive partidos políticos, Igrejas e Sindicatos se fazem representar. A estes últimos (partidos políticos) não é permitido assumir o controle do poder político porque são adversários diretos dos militares, cujo objetivo é o mesmo: poder. Frequentemente, a comissão dita de “transição” é dirigida por “homens religiosos”.

Por outro lado, percebe-se que as eleições gerais, muitas das vezes, são adiadas, dando possibilidade aos militares de provarem à sociedade e à comunidade internacional que podem governar melhor o país e são capazes de melhorar a vida dos cidadãos. Mesmo sabendo por experiências anteriores que isto não corresponde à verdade, os militares apresentam postura de administradores racionais, tentam provar que são menos “corruptos” do que os governos civis e que são administradores responsáveis.

Após a criação de um governo militar de transição que, “disfarçado em civil”, assume o controle do aparelho de Estado e das Forças Armadas, a sobrevivência política dos militares, a longo prazo, dependerá, em grande parte, do tratamento que darão ao problema econômico, já que nessas situações, a ajuda dos doadores internacionais tende a diminuir devido à instabilidade política. Não é por acaso que Luttwark (1991) mostra que nessas circunstâncias, os militares adotam duas estratégias para convencer a população: a) propaganda na rádio e na televisão e b) a repressão; em alguns casos, utilizam-se das duas ao mesmo tempo.

## 1.2 Como manter as armas obedientes?

Dada a aparente fragilidade das novas democracias na África em geral, e na Guiné-Bissau em particular, o golpe de Estado passou a ser uma das formas para suprir as demandas sociais e as forças armadas tornaram-se grupos altamente politizados. Os militares criaram sua autonomia com relação ao governo civil eleito. Algumas vezes, eles tiveram que assumir posições importantes nos governos civis, sendo que inclusive, o “governo civil” despachava os assuntos diretamente com as chefias militares. Na Guiné-Bissau esse fato aconteceu com os governos de transição liderados pelos ex-presidentes Malan Bacai Sanha (1999) e Henrique Rosa (2003). Apesar de exercerem o cargo de Chefes de Estado, durante o período de transição, os dois estavam subordinados às ordens das chefias militares.

A literatura mostra que, nos países onde os militares não entraram diretamente na política, o funcionamento da democracia foi reduzindo com o tempo o número de golpes de Estado; já nos países que possuem militares politizados, caso da Guiné Bissau, o funcionamento da democracia foi drástico (HUNTINGTON, 1991).

Segundo Huntington, em muitos países, esses problemas foram solucionados com programas bastante abrangentes para estabilizar o controle civil das Forças Armadas, profissionalizá-las e reorientá-las nas missões de segurança interna para as de segurança externa; reduzindo a presença dos militares nos ministérios. Isso seria possível mediante lavagem cerebral: cultivando um sentimento de profissionalismo, criando um Centro Nacional de Treinamento para fortalecer as técnicas de combate, promovendo a educação dos oficiais para levá-los aos níveis internacionais da força da ONU, encorajando a ida para a reserva dos oficiais mais velhos e analfabetos, acelerando a promoção de oficiais mais jovens e os profissionalizando com alto nível de escolaridade - orientando-os sobre os direitos humanos e os princípios que regem o sistema democrático, como fez o presidente Frederich de Meneses, em São Tomé e Príncipe, após golpe de Estado de 2003, substituindo o Major Fernando Pereira, autor do golpe, na chefia das Forças Armadas e colocando no seu lugar o tenente-coronel Idalécio Paichir. Isto porque é indispensável que o governo civil eleito possa confiar na lealdade dos principais chefes militares. Por outro lado, é preciso reforçar o controle civil sobre os militares para evitar que um golpe de Estado bem-sucedido estimule a possibilidade de um segundo, como tem acontecido na Guiné-Bissau e demais países africanos.

Na mesma perspectiva, cabe ao Primeiro-ministro ou ministro das Forças Armadas civis “coordenar”, “administrar” e “dirigir” todos os assuntos políticos dos militares. Uma outra questão é o *status* dos militares. Na Guiné-Bissau, por experiência própria, os oficiais militares são muitos preocupados com o seu *status* e a forma como eles são vistos pela sociedade. Gostam de uma vida de luxo, salários altos, bons carros (4x4) e outros benefícios adicionais. O governo eleito deve aproveitar todas as oportunidades de se identificar com as Forças Armadas, fazendo elogios aos militares com as condecorações e medalhas, afirmando que eles possuem os mais altos valores da nação (principalmente, se a maioria deles não possui escolaridade mínima) e aparecendo de uniforme (farda) nas cerimônias especiais. Em muitos países, a modernização das Forças Armadas é uma prioridade e eles realizaram e ampliaram a compra de novos equipamentos (computadores). Essa atitude se destina tanto a reforçar a orientação externa dos seus militares, como a promover sua satisfação em apoiar o novo regime (HUNTINGTON, 1991)

### 1.3 Guia para manter as armas obedientes

1. Diminuir o número de soldados nos quartéis de pouca relevância para a segurança interna;
2. Deixar bem claro que o Primeiro-ministro ou o ministro das forças armadas (civil) é o comandante de todos os oficiais militares;
3. Criar mecanismos jurídicos rigorosos que visam inibir o golpe de Estado;
4. Se seus militares acham que são mal pagos, eles têm razão. Use o dinheiro que sobrou na redução dos soldados para aumentar salários, comprar carros, computadores e melhore suas condições de trabalho;
5. Criar acordos de cooperação técnico-militar com outros países. O governo tem bons motivos para capacitar seus soldados e ajudar a resolver conflitos armados nos outros países no quadro da ONU;
6. Reduza o número de tropas e quartéis na capital. Mande-os para as fronteiras;
7. Dê a eles brinquedos, ou seja, novos e atraentes carros e equipamentos digitais;
8. Desenvolva e crie uma sociedade civil capaz de se mobilizar em caso de uma tentativa de golpe contra o seu novo governo;

9. Evite reuniões freqüentes com as chefias militares – para evitar ser alvo fácil em caso de uma ação repentina. Deixe essa função com o Primeiro Ministro ou o Ministro das Forças Armadas<sup>9</sup>.

De modo geral, se o governo civil seguir esse conselho, pode não evitar o golpe de Estado, mas vai inibi-lo

## **Reflexões Finais**

O problema de golpe de Estado na Guiné-Bissau, muitas vezes é distorcido e atribuído a questões étnicas, mas não podemos esquecer os atores externos, isto é, países e instituições que defendem virtualmente os seus interesses e financiam armas e dinheiro para a derrubada de governos civis eleitos pelo povo, que não atendem a suas exigências e interesses.

Por outro lado, a política macroeconômica desses países (privatizações e diminuição do papel do Estado), imposta ao continente a partir da década de 70, como condição para perdão e renegociação da dívida externa<sup>10</sup>, tem levado centenas de milhões de guineenses ao empobrecimento. Desta forma, o poder de compra da população diminui drasticamente, hospitais ficam sem medicamentos, doenças infecciosas ressurgem, enfim, a sociedade entra no caos total da miséria.

Um outro fator é a irresponsabilidade e ambição política dos nossos governantes que criam, assim, instabilidade no funcionamento equilibrado das instituições democráticas. Uma democracia só estará relativamente funcionando quando, dentro de determinada condição política, um sistema específico de instituições tornar-se regra geral, ou seja, quando as leis forem cumpridas por todos e quando os perdedores de eleições desejarem tentar outra vez no quadro das mesmas leis sob as quais acabam de ser derrotados,

---

<sup>9</sup> Ver HUNTINGTON (1991), com exceção de 2,3, 5, 8 e 9.

<sup>10</sup> A dívida externa da Guiné-Bissau em 1994 ultrapassava a 815 milhões de dólares. Mais de 90% da dívida era de médio e longo prazo. A dívida pública bilateral se aproximava um pouco mais de 50%, enquanto a multilateral era aproximadamente 45%. 60% da dívida é oriunda dos países membros do Clube de Paris, Ver PINTO, PAULO e DUARTE (1999, p. 62).

sem recorrer a formas autoritárias para a obtenção do poder (PRZEWORSKI, 1994).

Segundo Przeworski, a democracia pressupõe aceitar o resultado atual, mesmo que seja uma derrota, e orientar todas as ações no sentido estabelecido pela estrutura da lei – isto se faz melhor para toda força política do que tentar derrubá-la através de um golpe de Estado. Nem todos os políticos e militares são a favor da democracia, alguns usam o discurso democrático apenas como recurso para destruir tanto os aliados quanto os adversários. A busca da “unidade nacional” de que tanto falam não passa de um “disfarce” para uma nova tentativa de golpe de Estado. O sistema democrático representa, para muitos deles, a desordem, mas a democracia é necessária exatamente porque não podemos concordar com este ponto de vista, por ser um sistema político no qual as pessoas têm a oportunidade de discutir os conflitos sociais, no qual o direito da maioria e da minoria são respeitados.

É um sistema no qual existem divergências, vencedores e perdedores. No sistema militar de governo (autoritarismo), não há conflitos de idéias. A democracia não significa que todos os problemas sociais desaparecem e muito menos significa que todos devem fazer o que bem entendem colocando em risco a vida e a estabilidade política e econômica do país. A democracia ajuda a buscar consenso dentro do Estado e, ao mesmo tempo, nos proporciona mecanismos políticos e jurídicos contra governantes violentos, corruptos e demagogos. Uma democracia é “sustentável” quando sua estrutura institucional (tribunal) promove regras e objetivos especificamente desejáveis, mas também quando essas instituições são adaptadas para punir o não cumprimento de tais regras (PRZEWORSKI, 1994).

A solução para os golpes de Estado na Guiné-Bissau depende da profissionalização das Forças Armadas, de reorientá-las para missões externas, de reduzir a presença militar nos órgãos públicos, da criação de Centros de Treinamento para fortalecer técnicas de combate, de encorajar para a reserva oficiais analfabetos (acelerando a promoção de oficiais mais jovens e com alto grau de instrução, dotando-os de conhecimentos básicos sobre os direitos humanos), de criar mecanismos constitucionais que visam a inibir o golpe de estado.

## Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Licínio. Diário da libertação: **Guiné Bissau da Nova África**. São Paulo: Versus, 1977.

BARON, Atilio. **Estado, capitalismo e democracia**. São Paulo:, paz e terra, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Golpe de Estado e Revolução**. Universidade de Brasília, V. I e II, 1992, p. 385-1121.

\_\_\_\_\_ **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos**. Bovero (org) Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CABRAL, Amílcar. **A ação armada e os métodos militares**. Portugal: Avante-SARL, 1988.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da Pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DEWOR, Ladislau. **Guiné Bissau: a busca da independência econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HUNTINGTON, Samuel. **A Terceira Onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_ **O Choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LOPES, Carlos. **Etnia, Estado e Relações de poder na Guiné-Bissau**. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOWENTHAL, Abram F. Lowenthal. **Transição do regime autoritário**. In: O'Donnell, Schmitter e Whitehead (orgs). **Transição do regime autoritário Sul da Europa**. São Paulo: Vértice, 1998.

O'DONNELL, Guillermo, SCHMITTER, Philippe e WHITEHEAD, Laurence (orgs). **Transição do regime autoritário: Sul da Europa**. São Paulo, Vertice, 1988.

PEREIRA, Aristides. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Notícias editorial, 2002.

LUTTWAK, Edwark. **Goup d`Etat**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MACUANE, Jaime. **Liberalização Política e Democratização em África**. Revista de Ciências Sociais. V. 22, n°2, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Fonte, 1990.

\_\_\_\_\_ **Escritos políticos: a arte da guerra**. São Paulo: Martins Claret, 2004.

PRZEWORSKI. **Democracia e o Mercado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

PINTO, Jorge; PAULO, Manuel; PAULA, Duarte (orgs) **Guiné Nô Pintcha: uma análise sócio-econômica da Guiné Bissau**. Lisboa, Edições Universitária Lusófonas, 1999.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Vol. I, Ática, 1994.

SILVA, D. Antônio. **A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa**. Porto: Coleção teXtos/30, 1997.

SANTOS, Ramos **A face de um partido: base política e o comportamento eleitoral do PFL de Pernambuco**. Recife: Bagaço, 2002.

SOUZA, Herbert. **Como se faz uma análise da conjuntura**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo: Martin Clarete, 2004.